UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO A DISTÂNCIA
ESPECIALIZAÇÃO *LATO-SENSU* EM GESTÃO EDUCACIONAL

CONSTRUÇÃO DO PARADIGMA DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL SOB A PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO COOPERATIVA: UMA ABORDAGEM DOS GESTORES EDUCACIONAIS

MONOGRAFIA DE ESPECIALIZAÇÃO

Jaqueline Biazus Pin Taglietti

Constantina, RS, Brasil
2009

CONSTRUÇÃO DO PARADIGMA DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL SOB A PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO COOPERATIVA: UMA ABORDAGEM DOS GESTORES EDUCACIONAIS

por

Jaqueline Biazus Pin Taglietti

Monografia apresentada ao Curso de Pós-Graduação a Distância Especialização *Lato-Sensu* em Gestão Educacional, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do título de
Especialista em Gestão Educacional

Orientador: Prof. João Luis Pereira Ourique

Constantina, RS, Brasil

2009

Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Educação
Curso de Pós-Graduação a Distância
Especialização *Lato-Sensu* em Gestão Educacional

A Comissão Examinadora, abaixo assinada,
aprova a Monografia de Especialização

CONSTRUÇÃO DO PARADIGMA DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL SOB A PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO COOPERATIVA: UMA ABORDAGEM DOS GESTORES EDUCACIONAIS

elaborada por
Jaqueline Biazus Pin Taglietti

como requisito parcial para obtenção do título de
Especialista em Gestão Educacional

COMISSÃO EXAMINADORA:

Dr. João Luis Pereira Ourique – UFPel
(Presidente/Orientador)

Ms. Andréa Tonini – UFSM

Drª Maria Alcione Munhóz – UFSM

Constantina, 08 de agosto de 2009.

RESUMO

Monografia de Especialização
Curso de Pós-Graduação a Distância
Especialização *Lato-Sensu* em Gestão Educacional
Universidade Federal de Santa Maria

CONSTRUÇÃO DO PARADIGMA DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL SOB A PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO COOPERATIVA: UMA ABORDAGEM DOS GESTORES EDUCACIONAIS

AUTORA: JAQUELINE BIAZUS PIN TAGLIETTI
ORIENTADOR: JOÃO LUIS PEREIRA OURIQUE
Data e Local da Defesa: Constantina/RS, 08 de agosto de 2009.

“A construção do paradigma do desenvolvimento social sob a perspectiva da educação cooperativa: uma abordagem dos gestores educacionais” pretende analisar a grande contradição entre competição e cooperação. Esta pesquisa observa esta relação sob a égide de um sistema que estimula o ser humano a ser o primeiro, refletindo sobre as mudanças histórico-estruturais que tem como fundamental questão a introdução de uma nova metodologia de ensino adequada à realidade vivida e a concepção dos gestores educacionais do município de Constantina acerca desta conceitualização e diferenciação. Além disso, discute aspectos sobre sua aplicação e dos registros no que se referem à educação cooperativa nas escolas municipais. O Projeto Político Pedagógico das escolas municipais também faz parte do estudo em questão, sob o enfoque de verificar sua abordagem quanto à educação competitiva e/ou cooperativa, conhecendo e diagnosticando o contexto no qual a escola esta alicerçada. Este estudo além de abordar elucidando a educação cooperativa como fundamental para o avanço da coletividade, também revelou a suma importância de termos na escola uma comunidade cooperativa, onde professores, pais e alunos construam sua própria história educativa ao longo do período escolar e que esta se estenda por toda vida através da formação de cidadãos autônomos, críticos e cooperativos.

Palavras-chave: Cooperação. Competição. Educação.

ABSTRACT

Monografia de Especialização
Curso de Pós-Graduação a Distância
Especialização *Lato-Sensu* em Gestão Educacional
Universidade Federal de Santa Maria

CONSTRUÇÃO DO PARADIGMA DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL SOB A PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO COOPERATIVA: UMA ABORDAGEM DOS GESTORES EDUCACIONAIS

THE PARADIGM'S CONSTRUCTION OF THE SOCIAL DEVELOPMENT UNDER THE PERSPECTIVE OF THE COOPERATIVE EDUCATION: A BOARDING OF THE EDUCATIONAL MANAGERS

AUTHORA: JAQUELINE BIAZUS PIN TAGLIETTI
ADVISER: JOÃO LUIS PEREIRA OURIQUE

Data e Local da Defesa: Constantina/RS, 08 de agosto de 2009.

"The paradigm's construction of the social development under the perspective of the cooperative education: a boarding of the educational managers" intends to analyze the great contradiction between competition and cooperation. This investigation looks this relation under from of a system wich stimulates the human being for to be the first one, doing a reflexion about the changes from historical-structural, that have as basic question the introduction of a new methodology of learning adequated to the lived reality and the conception from educational managers from the Constantina's city about this conception and differentiation. For other side there is a reflexion about the application and registers wich they are related to the cooperative education in the schools municipal. The Politician Pedagogical project of the municipal schools also is part of the study in question, under the approach to verify its boarding how much to the competitive and/or cooperative education, knowing and diagnosis the context in which the school is basing. This study beyond approaching elucidating the cooperative education as basic for the advance for the collectivity, also it revealed to the most importance of terms in the cooperative community school, where teachers, parents and pupils construct there oven educative history along to school period and that this extends for all life through the formation of independent, critical and cooperative citizens.

Key-words: Cooperation. Competition. Education.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO 7
2 COOPERAÇÃO E COMPETIÇÃO NA EDUCAÇÃO: SEMELHANÇAS E DISTINÇÕES 9
2.1 História do cooperativismo 9
2.2.1 Educação cooperativa 11
2.2.2 A educação para a competição 16
2.2.3 Competir ou cooperar 18
2.2 Projeto político pedagógico: educação cooperativa e/ou educação competitiva 22
3 RESULTADOS E DISCUSSÃO: EDUCAÇÃO COOPERATIVA E EDUCAÇÃO COMPETITIVA ACERCA DOS GESTORES EDUCACIONAIS DO MUNICÍPIO DE CONSTANTINA 31
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS 42
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 45
ANEXOS 48
Anexo 01 - Procedimentos metodológicos 49
Anexo 02 – Carta de apresentação do questionário 50
Anexo 03 – Questionário para entrevista com gestores 51

1 INTRODUÇÃO

Na nossa civilização vemos que tudo tem girado em torno das demandas do mercado, numa busca incansável pela produção e lucratividade estimulando a competitividade. Já as nossas necessidades vitais por autonomia e emancipação estão sendo abafadas, o que vem fragilizando os indivíduos.

Numa sociedade dividida por classes sociais, marcadas pela forte concentração de riqueza que fragiliza a grande maioria, uma alternativa que vai muito além da melhora econômica torna o cidadão agente proativo de sua própria história.

No entanto, temos uma sociedade cheia de questionamentos e preocupações com estas questões, estimulando profissionais a adotarem novos conceitos para construção de um novo paradigma, que não seja o da competição, mas sim o da cooperação.

Para tanto, pretendemos analisar a grande contradição entre competição e cooperação, vendo esta relação sob a égide de um sistema que estimula o ser humano a ser o primeiro. Assim, refletiremos com base nas mudanças históricas que têm como fundamental questão a introdução de uma nova metodologia de ensino adequada à realidade vivida, levando em consideração a concepção dos gestores educacionais e os registros que se referem à educação cooperativa em escolas municipais.

Sendo assim, buscamos identificar a emergência de um paradigma de desenvolvimento social, sob a perspectiva de uma educação cooperativa, discutindo a necessidade de acessar o mercado de trabalho (competição) e a emergência de uma tendência (a cooperação), a partir de uma nova metodologia de trabalho: a educação da cooperação. Procuraremos compreender algumas das estruturas presentes nas forças de resistência e nas forças de apoio, visando contribuir para o desenvolvimento da cooperação e identificando a percepção dos gestores quanto à educação cooperativa na rede municipal.

Vale salientar que propomos identificar a existência deste paradigma sob a perspectiva da cooperação enquanto Projeto Político Pedagógico[1], partindo das observações dos profissionais da educação que vivenciam um paradoxo emergente, que talvez trate apenas de um modo de viver ou sobreviver nas sociedades capitalistas. Diante deste desafio de construir e/ou reconstruir novos/velhos conceitos, respectivamente, é o que propõem esta pesquisa bibliográfica.

O universo da pesquisa de campo compreendeu as escolas da Rede Municipal de Constantina no total de seis escolas, sendo duas localizadas na zona urbana e quatro na zona rural, onde foi entrevistado um gestor por escola e o gestor Municipal, este último da Secretária Municipal de Educação, responsável em gerir os demais.

Os dados desta pesquisa foram coletados na perspectiva dos dados primários. O instrumento de coleta foi um questionário para entrevista e posterior análise do discurso observado confrontado com literatura pertinente. A interpretação dos mesmos deu-se conforme a abordagem qualitativa de construção de conhecimento.

A introdução desta nova metodologia de trabalho sob os princípios da cooperação, além de trazer a discussão em torno deste tema fascinante aos olhos de quem trabalha na perspectiva da emancipação e autonomia dos sujeitos sociais, também se caracteriza como uma dinâmica presente na formação das sociedades.

Portanto, é neste momento que observamos a necessidade de um novo modelo: a busca pela cooperação; e assim vemos muitos profissionais preocupados com a educação da competição. Utilizando-se aqui das ideias do autor Spencer Johnson, no seu livro “Quem mexeu no meu queijo?” quando diz que é preciso cheirar o queijo para saber quando está ficando velho, e é neste estágio que nos encontramos, de observar atentamente ao nosso redor e saber mudar na hora certa e quantas vezes forem necessário.

[1] O Projeto Político Pedagógico foi construído conjuntamente por todos os envolvidos no processo educacional do município de Constantina/RS em 2007.

2 COOPERAÇÃO E COMPETIÇÃO NA EDUCAÇÃO: SEMELHANÇAS E DISTINÇÕES

Desde os mais remotos tempos a competição e a cooperação vêm dividindo espaço na natureza. Nós, seres humanos, muitas vezes temos que cooperar uns com os outros ou com determinada situação, no entanto em alguns momentos a vida nos coloca a competir.

A escola torna-se algo muito importante neste aspecto, quando colocamos a educação voltada para a convivência como condição importante para da vida cotidiana, assim, a escola passa a conviver com uma realidade que nem sempre é atribuída ao seu contexto.

É necessário um resgate da valorização de comportamentos e atitudes mais humanas, para que possamos ter outros caminhos e que nos darão o privilégio de escolher o melhor, a fim de valorizar mais o que somos e o que fazemos.

2.1 História do cooperativismo

Desde a pré-história até o início do Século XXI, encontramos diversas formas de associações de pessoas. Segundo Ramos (2000), isso demonstra que a cooperação tem sido uma constante no ser humano através dos tempos. Os homens vêm trabalhando em conjunto desde os tempos primitivos, na colheita, na caça, na pesca, na habitação e na produção de bens.

No século XV, foram constatadas formas bem definidas de cooperação nas civilizações Asteca, Maia e Inca, onde viviam em regime de verdadeira ajuda mútua. Segundo Mariani (2001, p. 42):

> A natureza é um sistema integrado, onde cada partícula depende da outra para garantir a sua própria existência. Assim também o homem. Foi ele quem descobriu a vantagem da ajuda mútua, fazendo com que surgissem experiências riquíssimas da cooperação em todas as civilizações.

De acordo com abordagem do autor, a principal vantagem de viver em uma sociedade cooperativista é a ajuda mútua. O cooperativismo moderno nasceu na primeira fase da Revolução Industrial (1760-1850). Durante décadas, na Inglaterra e na França, foram organizadas diversas sociedades com características de cooperativas. Esses movimentos de cooperação foram conduzidos por idealistas, como Robert Owen, Louis Blanc, Charles Fourier, entre outros, que defendiam propostas baseadas nas ideias de ajuda mútua, igualdade, associativismo e auto-gestão.

Segundo Singer (2004), levando à prática estas ideias, os owenistas propunham como diretrizes para a cooperativa que os cooperativados se protegessem mutuamente contra a pobreza através de um capital comum, a ser constituído a partir de uma subscrição semanal, que formaria um fundo, e o investimento deste capital em atividades comerciais, a fim de gerar trabalho para seus membros.

Owen a partir de Singer (2004, p. 34), defendia que “toda a ordem econômica e social deveria ser substituída por um novo sistema baseado na convivência harmoniosa e não na competição”. Rompendo suas ligações com o sindicalismo e com as experiências cooperativistas em seu aspecto mercantil, “Owen tornou-se um visionário”.

Considerado por muitos os precursores do cooperativismo, estes pensadores socialistas começaram a estudar as formas de organização das civilizações antigas, até que descobriram a cooperação como instrumento de organização social. Com isto começaram a divulgar ideias e experiências destinadas a modificar o comportamento da sociedade.

O processo de industrialização, na sua primeira etapa, fez com que os artesões e trabalhadores rurais migrassem para as grandes cidades, atraídos pelas fábricas em busca de melhores condições de vida.

Essa migração de acordo com Ramos (2000), fez com que houvesse excesso de mão-de-obra, resultando na exploração do trabalhador de forma abusiva e desumana. Ao serem prejudicados pelo novo modelo industrial que substituiu o trabalho artesanal, 28 tecelões do bairro de Rochdale, em Manchester, na Inglaterra, decidiram pela criação de uma sociedade de consumo, baseada no cooperativismo puro. Em 21 de dezembro de 1844, fundaram a “Sociedade dos Probos Pioneiros de Rochdale”. Estes tecelões fundaram um armazém comunitário,

com um capital inicial de 28 libras, representando uma libra que cada um do grupo havia economizado. Assim nasceu a primeira cooperativa de consumo da história.

Os tecelões aperfeiçoaram o sistema e desenvolveram um conjunto de princípios, conhecidos mais tarde como “Princípios Básicos do Cooperativismo”, adotados posteriormente por cooperativas surgidas em diversos paises do mundo. Com o tempo, ocorreram algumas modificações, contudo sua essência se manteve: adesão livre e voluntária, gestão democrática pelos cooperados, participação econômica dos membros, autonomia e independência, educação, formação, informação, intercooperação e interesse pela comunidade.

Conforme cita Mariani (2001), os primórdios do Cooperativismo Brasileiro encontram-se em 1610, com a fundação das primeiras reduções jesuíticas no Brasil, o início da construção de um estado cooperativo em bases integrais. Por mais de 150 anos, esse modelo deu exemplo de sociedade solidária, fundamentada no trabalho coletivo, onde o bem-estar do indivíduo e da família se sobrepunha ao interesse econômico da produção. A ação dos padres jesuítas se baseou na persuasão, movida pelo amor cristão e no princípio do auxílio mútuo (mutirão). Mariani (2001) menciona também que, em torno de 1847 inicia-se o movimento cooperativista no Brasil.

2.2.1 Educação cooperativa

Tratamos aqui da construção do paradigma da cooperação como princípio de desenvolvimento social, portanto vamos trazer a priori um conceito de cooperação. De acordo com Ramos (2000), “Cooperar é unir-se a outras pessoas para enfrentar conjuntamente situações adversas, no sentido de transformá-las em oportunidades e situações de bem-estar econômico e social”.

Assim, na cooperação, cumpre-se a educação, fundada no processo de construção e reconstrução dos diferentes saberes daqueles que participam da organização e das práticas cooperativas. Há, portanto, uma estreita relação entre esses dois fenômenos, entre essas duas práticas sociais: na prática cooperativa, para além de seus propósitos e interesses específicos, produzimos conhecimento,

educação e aprendizagem; na prática educativa como processo complexo de relações humanas, encontramos cooperação.

Segundo Frantz (2001), o cooperativismo é uma prática social histórica, direcionada às questões do mundo e da vida ou ligadas à sua base material e a educação é um processo cooperativo, desde que seja um processo voltado à emancipação humana.

Para Schneider (2003), a educação visa à promoção da reflexão, pensamento, discussão e a ação, explorando as potencialidades e habilidades dos indivíduos.

No processo da educação, podemos identificar práticas cooperativas e, no processo da cooperação, podemos identificar práticas educativas. A organização da cooperação, em seus aspectos práticos, exige de seus sujeitos e atores uma comunicação de interesses, de objetivos e práticas, a respeito do qual precisam falar, argumentar e decidir.

Frantz (2003, p. 68), acredita que a educação é um dos fenômenos mais complexos da humanidade e por isso caracteriza-se por uma diversidade de formas de definir, compreender e explicar, além das formas com que ela ocorre. Assim, duas definições podem auxiliar na compreensão da mesma, como o conjunto das ações, processos, influências, estruturas, que intervêm no desenvolvimento humano de indivíduos e grupos na sua relação ativa com o meio natural e social, num determinado contexto de relações entre grupos e classes sociais.

Ainda segundo Frantz (2003, p.68), a educação se cumpre num diálogo de saberes, não em simples troca de informações, nem em mero assentimento acrítico a proposições alheias, mas na busca do entendimento compartilhado entre todos os que participam da mesma comunidade de vida, de trabalho, de uma comunidade discursiva de argumentação.

Temos assim, um novo paradigma na busca de soluções para esta crise social e econômica que gerou uma exclusão massiva de milhões de pessoas.

No trabalho realizado de forma cooperativa o trabalhador tem a responsabilidade total, não individual, mas coletiva, sendo um participante ativo, com poder e responsabilidade. Desta forma, há uma emancipação, uma desalienação. Não se pode ser parte de um todo e ficar alheio ao que acontece.

A perspectiva da emancipação tem que ser, obrigatoriamente, a perspectiva da compreensão das raízes da alienação e de sua superação. Somente o

conhecimento que leva à desalienação pode ser considerado conhecimento verdadeiro, porque capta o movimento real dos fenômenos. Para a lógica da identidade, a contradição era sintoma de erro, de equívoco, de inverdade. Sua incapacidade para captar os fenômenos no seu movimento propiciou a redefinição da natureza da contradição. Esta passou a ser sinal de apreensão do movimento verdadeiro da realidade.

Assim, Demo (2000), pontua que é da “capacidade de conquista política, manejada, sobretudo sobre os próprios excluídos” que de fato aos sujeitos sociais passarão a reivindicar seus direitos e fazer sua própria história individual e coletiva, rumo à autonomia.

O exercício da cidadania provoca no indivíduo social o ato de pensar, consciência crítica, capaz de fazer-se entender como sujeito atuante na sociedade e possuidor de direitos e deveres.

Numa sociedade liberal, como bem diz Boaventura de Sousa Santos (2002), muitos indivíduos livres e autônomos não são cidadãos, pelo simples fato de não poderem participar politicamente das atividades do Estado. Também não democráticos, já que, são os cidadãos que compõem a democracia necessitam de autonomia e liberdade em suas escolhas.

A “nova teoria da democracia”, para Boaventura Sousa Santos (2002), também poderia chamar-se teoria democrática pós-moderna para significar a sua ruptura com a teoria democrática liberal. A “nova teoria da democracia” tem então como objetivo principal alargar e aprofundar o campo político em todos os espaços estruturais da interação social.

Neste sentido Demo (2000), nos esclarece que a cidadania precisa ser emancipatória. Isso pode ocorrer, conforme o autor, através do rompimento com a cidadania tutelada que é o clientelismo e a doação assistencialista e com a cidadania assistida que é a perspectiva do beneficiário passivo e obediente. Provocando nos sujeitos uma reflexão acerca da realidade atual. Assim, é necessário que cada pessoa seja capaz de intervir no contexto social no qual está inserida.

A cidadania, segundo Boaventura (2002), é o mecanismo que regula a tensão entre a sociedade civil e o Estado é a cidadania, vez que por um lado, limita os poderes do Estado, por outro, universaliza e igualiza as particularidades dos sujeitos de modo a facilitar o controle social de suas atividades. Neste sentido, a cidadania

não é monolítica. Dito de outra forma, não é igual em todas as sociedades, visto que se compõe de diferentes direitos e instituições.

Freire (1996, p. 30) nos coloca que o docente como educador democrático deve “reforçar a capacidade crítica do educando, sua curiosidade”, assim é que trabalhamos busca da emancipação dos mesmos e acreditamos que seja de mais fácil compreensão quando aplicada sob a literatura da cooperação.

Portanto, Demo (2000), nos faz entender que os profissionais da educação bem como a sociedade precisam lutar por direitos num plano político que venha garantir acessibilidade, fazendo com que os direitos que já estão promulgados na Constituição, em Estatutos, etc., venham de fato a serem assegurados e respeitados, mas que, acima de tudo, se universalizem. Esta luta é urgente e necessária, pois as necessidades da população também são imediatas.

Por isso, estando os profissionais da educação atentos às mudanças que se processam no mundo, no país, estado ou na própria cidade é que se busca uma leitura mais crítica e uma forma de ensinar que não transforme os educandos em mecanicistas.

> [...] O intelectual memorizador, que lê horas a fio, domesticando-se ao texto, temeroso de arriscar-se, lida de suas leituras quase como se estivesse recitando-as de memória - não percebe, quando realmente existe, nenhuma relação entre o que leu e o que vem ocorrendo no seu país, na sua cidade, no seu bairro [...] (FREIRE, 1996, p.52).

A grande preocupação da sociedade hoje é por uma educação de qualidade que transforme os seus educandos em cidadãos de fato e de direito. Contrariando assim as expectativas do mercado, os gestores educacionais têm evidenciado que um ensino sob os princípios da cooperação pode despertar um sujeito solidário e mais participativo que colabora na construção de uma sociedade mais justa.

É a partir do entendimento de que é preciso contextualizar conhecimentos que surge o paradigma da cooperação, pois analisar o meio que vivem nossos educandos auxilia na compreensão de suas limitações, fragilidades, facilidades e competências.

> Quando se propõe uma reforma a reação é típica e favorável à continuação do processo de discriminação social e educacional. Os educadores e a própria sociedade não aceitam as mudanças dos programas de ensino de seu tempo, embora ultrapassados, mas desejam que os alunos continuem estudando as mesmas coisas, embora inúteis [...] (WERNECK, 2002, p.67).

Desta forma, ao observarmos para além da sala de aula, evidenciamos uma nova tendência organizativa, ou seja, nossos alunos e seus familiares começam a gerir um sistema de base cooperativa, ajudando-se mutuamente. Dessa forma, a escola não pode ficar alheia a este processo e sim engajar-se e compreender que todos os alunos, em uma perspectiva de igualdade de oportunidades, podem vencer juntos.

> [...] um educador capaz de orientar o ensino e a formação, tendo em vista a cidadania, imbuído de uma clara noção de que a excelência humana é superior à excelência puramente acadêmica, as vivências, as práticas e o conhecimento precisam abordar questões relativas a conhecimentos globais, dos quais decorrem a evolução do saber humano; refiro-me à história, à economia, à filosofia, e à sociologia quanto possível tratada de modo transversal, não havendo a necessidade de serem disciplinas isoladas mas, dentro de uma ótica moderna, de conteúdo transdisciplinar e interdisciplinar, o educador não precisaria saber física, química e demais ciências como se desenvolve na ótica do segundo grau, mas precisa ter conhecimento da evolução das ciências, dentro de uma disciplina com esse mesmo nome, tratada do mesmo modo que as anteriores [...] (WERNECK, 2002, p.75)

O PCE - Programa de Cooperativismo nas Escolas, inserido nas suas mais diferentes práticas de aula, coloca-se na perspectiva da construção de uma "inteligência coletiva", atendendo a desafios locais e regionais (FRANTZ, 2001).

Para Libâneo (1998), a educação, além de suas demais formas, insere-se no conjunto das relações sociais, econômicas, políticas, culturais que caracterizam uma sociedade. A prática educativa é sempre a expressão de uma determinada forma de organização das relações sociais. Nesta lógica a prática cooperativa como expressão das ações entre pessoas que se associam em razão de seus interesses ou necessidades é um lugar privilegiado de processos educacionais. E, como tal, as organizações cooperativas também se constituem em "espaços pedagógicos" de educação e, consequentemente, também de poder.

Temos assim, a consciência de que a introdução de uma nova metodologia de ensino pode gerar tanto forças de apoio como forças de resistência à mudança, mas é preciso que o educador zele por sua honestidade profissional e tenha a coragem e honradez de sustentar seu projeto em beneficio de seus alunos. Talvez seja melhor escrever algo mais voltado para o aspecto do profissionalismo e não de formação ética e de caráter tão somente. Tal perspectiva acaba, por vezes, induzindo e trazendo à tona a velha questão acerca da vocação.

Almejamos, portanto, um educador com uma postura interdisciplinar que poderá percorrer outras áreas do conhecimento e das políticas sociais sempre ligadas ao contexto histórico; facilitando assim a orientação de uma escola ou de um sistema educacional que contribua para a formação de um cidadão capaz de compreender as transformações do mundo e das coisas.

2.2.2 A educação para a competição

Nas práticas educativas são inúmeros os momentos em que a lógica da competição se manifesta. Podemos citar algumas para exemplificar: os jogos e brincadeiras onde se terá vencedores e perdedores, gincanas, festivais, as notas que diferenciam os alunos em termos de "capacitação", a preparação para o vestibular, concursos diversos, enfim, grande parte do sentido da educação está voltada para a inserção dos educandos no mercado de trabalho capitalista.

> O educar se constitui no processo em que a criança ou o adulto convive com o outro e, ao conviver com o outro, se transforma espontaneamente, de maneira que seu modo de viver se faz progressivamente mais congruente com o do outro no espaço de convivência (MATURANA, 1998, p. 29)

Os mecanismos de competição estão presentes em muitos momentos da prática educativa. Podemos afirmar a ideologia liberal aborda as ideias de "superioridade" e "competência", que constituem a perspectiva da competitividade. Mas, enquanto cada pessoa, individualmente, não imagina a perspectiva da sua própria exclusão, o conjunto segue competindo. Essa é uma evidência lógica importante para percebermos a contradição da ideia da competição, se apresentada como parte integrante de uma prática educativa.

É evidente que isso não acontece somente nas escolas, mas também nelas, onde o espaço da reflexão crítica poderia ser privilegiado, a reprodução de ideias competitivas é muito forte.

Segundo Maturana (1998, p. 13), este agir humano nas relações é cooperativo, pois a educação para a competição não se constitui em um exercício de caráter natural/biológico, em sua constituição, mas é algo construído culturalmente.

Para ele: *“*a competição não é nem pode ser sadia, porque se constitui na negação do outro (...) A competição é um fenômeno cultural e humano, e não constitutivo do biológico”.

No contexto atual, a competição passa a ser vista como uma luta dos que se situam como excluídos das condições básicas de sobrevivência pela sua inclusão numa realidade, as quais, entretanto, constituem direitos básicos do ser humano. Assim, por um lado, a luta por mínimas condições de vida, e por outro lado, a disputa pelo "luxo", como diferenciação em relação aos outros (ideia de superioridade), ambas impregnadas pela lógica competitiva nos tempos modernos.

Assim surgem as comparações, que geram competições. E essas competições vão ter como consequência uma desenfreada busca pelo poder. Surge um conceito de posse. Surge o ter do ser humano acima do ser. A competição, sob esse prisma, não leva à evolução, mas ao desejo de destruição. Leva ao esvaziamento da espontaneidade. Porque tudo o que se quer é conseguir ser melhor do que o outro.

Para Maturana (1998), a concepção educacional busca resgatar a vida como centro de todos os processos sistemáticos. O conhecimento passa a ser compreendido como organização do vivo nas relações que vai vivenciando. O educar para o autor é recíproco e ocorre todo o tempo, quando um adulto ou uma criança convive com outra e ao conviver se transforma.

Mesmo que a educação tenha por princípio a sua constante renovação e atualização, também não se pode abrir mão do já construído e dos paradigmas existentes, sob pena de negligenciar o próprio conceito de formação.

O grande desafio, portanto, é o de contrapor à competição uma outra lógica que a supere qualitativamente, tanto no trabalho com os alunos como na sociedade. Se não é assim, então precisamos não apenas pensar, mas também agir como grupo. Substituir a competição estrutural pela cooperação exige a ação coletiva, e essa ação coletiva requer a educação e a organização. Temos que ajudar os outros a verem as terríveis consequências de um sistema que identifica o êxito de um no fracasso de outro. Mas juntos podemos agir para transformar isso.

2.2.3 Competir ou cooperar

A educação ao longo de sua história sempre buscou os melhores caminhos para a formação do cidadão consciente e autônomo. Dessa forma, partimos do pressuposto de que estamos utilizando a cooperação e a competição de acordo com as necessidades encontradas, buscando definir, conceituar e diferenciar as mesmas sob uma base sólida de reflexão.

Existem vários conceitos e variações que definem a cooperação e a competição, entretanto, precisamos ter em mente que cooperar é trabalhar simultaneamente com os outros no reconhecimento de sua importância como indivíduos e sujeitos. Também significa colaborar para o bem público através do trabalho em equipe, das atividades organizadas pelos grupos sociais, enquanto competir pode ser traduzido pelo ato ou efeito de competir; pela busca simultânea por dois ou mais indivíduos, de uma vantagem, uma vitória, um prêmio, adotando a lógica da conquista e do domínio sobre a natureza e os demais indivíduos.

Segundo Brotto (1999), a cooperação é um processo de interação social, em que os objetivos são comuns, as ações são compartilhadas e os benefícios são distribuídos para todos. Já a competição é um processo de interação social, em que os objetivos são mutuamente exclusivos, as ações são isoladas ou em oposição uma às outras. E os benefícios são concentrados somente para alguns.

Não podemos deixar de mencionar que os paradigmas que sustentam os modelos cooperativos e competitivos são construídos ideologicamente através da linguagem. Para tanto, acreditamos que de acordo com Bakhtin (2006, p. 34):

> A palavra é o fenômeno ideológico por excelência. A realidade toda da palavra é absorvida por sua função de signo. A palavra não comporta nada que não esteja ligado a essa função, nada que não tenha sido gerado por ela. A palavra é o modo mais puro e sensível de relação social.

Quando falamos em competição e em cooperação não estamos nos referindo a antônimos. Como afirma Brotto (1999, p. 56), “Cooperação e competição são aspectos de um mesmo espectro, que não se opõe, mas, se compõe”. Em nossa sociedade fica evidente uma competição completamente negativista, onde somente

os vencedores merecem atenção e destaque, gerando aos “perdedores” o medo, o fracasso e a derrota.

> Num passado recente já se tentou formar atletas nas escolas, com incentivo do governo, propagando a falácia de que o Brasil se tornaria uma Nação Olímpica. E isso não aconteceu, pois escola não é lugar para selecionar os melhores e excluir os menos hábeis e, sim habilitar a todos (SOLLER, 2003, p. 45).

A competição não precisa assumir a “capa de vilão”, é preciso trabalhar a competição de forma humanizada, onde aspectos positivos prevaleçam. Segundo Schut (1989), a competição é prejudicial quando há a tentativa de trapacear, quando há um gasto excessivo de energia para ganhar ou, ainda, quando representa diminuição do adversário.

De acordo com Soller (2003), “o mais apto[2]” não significa ser o mais forte ou o mais bruto. Darwin ficou amargurado por suas teorias terem sido distorcidas para justificar negociatas, crueldades e guerras contra os mais fracos.

Partindo dessas duas visões descritas, buscamos em Brotto (1999, p.33), algumas definições sobre competição e cooperação: “cooperação: é um processo onde os objetivos são comuns e as ações são benéficas para todos; competição: é um processo onde os objetivos são comuns, mutuamente exclusivos e as ações são benéficas somente para alguns”.

Neste sentido, podemos constatar que Cooperação e Competição são processos distintos, porém, não muito distantes. As fronteiras entre eles são tênues, permitindo um certo intercâmbio de características, de maneira que podemos encontrar em algumas ocasiões uma competição cooperativa e noutras uma cooperação competitiva. Para Orlick (1989, p.118):

> A principal diferença entre cooperação e competição é que no primeiro todos cooperam e ganham, eliminando-se o medo do fracasso e aumentando-se a auto-estima e a confiança em si mesmo. Ao passo que no segundo, a valorização e reforço são deixados ao acaso ou concedidos apenas ao vencedor, o que gera frustração, medo e insegurança.

[2] Charles Darwin esboçou sua teoria da evolução por meios de seleção natural como uma explicação para a adaptação e especiação. Ele definiu a seleção natural como um "princípio no qual cada pequena variação [ou característica], se benéfica, é preservada". O conceito era simples, mas poderoso: indivíduos mais aptos ao ambiente têm mais chances de sobreviver e reproduzir-se. E enquanto existir algum tipo de variação entre eles, ocorrerá uma inevitável seleção de indivíduos com as variações mais vantajosas.

No entanto, alguns aspectos negativos podem ser elencados devido a esse conceito. A cooperação enquanto não competição pode ser deixada um pouco de lado, não dando o melhor de si e não se esforçando, já que não há competição. E a competição é negativa quando visa a vitória a qualquer custo, sem se importar o ser humano, com o cooperar para alcançar objetivos.

Sendo assim, de acordo com Orlick (1989), podemos afirmar que cooperação e competição são direcionadas a partir de agora em comparações entre as diferenças e atitudes que essas duas palavras podem tomar:

Cooperação (aprende-se) a compartilhar, respeitar e integrar diferenças; a conhecer nossos pontos fracos e fortes; a ter coragem para assumir riscos; a sentimentos e emoções com liberdade; a participar com dedicação; a ser solidário, criativo e cooperativo; a ter vontade de estar junto.

Competição (inicia-se) com a discriminação e a violência; com o medo de arriscar e fracassar; em fazer por obrigação; pela repressão de sentimentos e emoções; e pelo egoísmo, individualismo e competição excessiva**.**

Vale salientar que não são todas as pessoas no mundo que agem dessa maneira. Pelo contrário, trabalham, integrando a cooperação e a competição. O que acontece é que na maioria das vezes somos dirigidos a pensar que a maneira de competir corretamente é aquela que precisamos sempre vencer a qualquer custo.

Por outro lado, reconhecemos que é inevitável o fato de que os alunos fazem comparações entre seus desempenhos, porém, não há mal nisso, desde que elas não sejam supervalorizadas. O importante é fazer com que diferenças individuais não sejam vistas como desestímulo à participação das aulas. A noção de diferenças individuais pode ser vista como uma oportunidade de transformar o desporto numa boa experiência, com a qual as crianças reconheçam a possibilidade de tentar fazer o melhor e sejam, por isso, valorizadas.

Visando minimizar a ideia de competição, propomos substituir a ênfase no produto (vitória) pela ênfase no processo (atividade). Buscamos também resgatar o papel educativo que a competição pode ter na escola, minimizando seus aspectos negativos e maximizando os positivos, explorando-a como meio de incentivo à cooperação e à solidariedade entre os alunos.

Embora possa parecer contraditório, a consecução desse objetivo é legítimo e está fundamentado na igualdade de valor dos participantes da competição “vencedores” e “perdedores”.

Os vencedores são aqueles que compreendem o funcionamento dos sistemas vigentes e são capazes de lucrar com eles, poderiam ser comparados com uma engrenagem de máquina que funciona perfeitamente, já o perdedor não é um bom jogador e se fosse representado como uma máquina que não funciona bem e se desgasta com facilidade. Esses conceitos associados à educação nos levam a perceber que o aluno vencedor, recebe maior atenção do educador, pois o realiza pessoalmente, enquanto o perdedor é aquele que mais precisa desta atenção para superar suas dificuldades e tornar-se um vencedor.

O conceito que sonhamos ver aplicado em todo o país é o da escola cooperativa e democrática, com o currículo ampliado, mantendo a criança mais tempo no ambiente escolar, e com a efetiva participação dos pais e da comunidade.

A crença na escola como instrumento equalizador dos problemas sociais, como instituição neutra dedicada à formação de agentes diferenciados para assumir suas posições no sistema social, toma corpo neste período. É de suma importância observarmos que o mito da escola democrática e desenvolvimentista ainda permeia o imaginário de muitos educadores, que acreditam piamente na potencialidade da escola – representante do conhecimento científico – como fator de crescimento socioeconômico, validando um processo de mistificação da escola e da educação. Hoje, porém, sabemos que a escola está longe de tornar-se fator de desenvolvimento ou de equalização social, em decorrência da forma como vem sendo organizada.

O mais importante, porém, é o resultado direto dessas iniciativas, que é o crescente número de pessoas que se sentem motivadas a voltar para a escola, que a veem como uma cooperativa, que não exclui e sim integra a sociedade, despertando o aprendiz para a necessidade da convivência, do respeito, da ética.

2.2 Projeto político pedagógico: educação cooperativa e/ou educação competitiva

A Rede Municipal de Ensino possui 06 (seis) escolas, sendo que 04 (quatro) atendem desde a Educação Infantil até a 8ª série do Ensino Fundamental. Das Escolas pertencentes a rede municipal 4 (quatro) estão localizadas, no meio rural. Uma está localizada na sede do município e uma localizada em um bairro, o qual concentra um grande número de famílias de baixa renda.

O processo de construção do PPP deu-se em 2001, como resultado de uma exigência legal (adequação a LDB n. 9.394/96), mas também como opção política da administração municipal.

O Projeto Político Pedagógico construído pela rede municipal de Constantina foi reformulado em 2007 a partir de estudos sistemáticos com toda comunidade escolar envolvida no processo educativo do município. Partindo da realidade local, o PPP buscou contemplar concepções do ser humano e da sociedade para fundamentar questões relativas a currículo, aprendizagem e avaliação, visando a promoção humana e a formação ética dos indivíduos.

As escolas se pautam no paradigma da Escola Cidadã, com o objetivo de construir um espaço educativo de direito social, de novas aprendizagens e conhecimentos, de fortalecimento das relações sociais próprias da infância e da adolescência e de desenvolvimento comunitário.

Com isso, foram estabelecidos como princípios orientadores do processo educativo os seguintes aspectos: o desenvolvimento das potencialidades humanas; a inclusão, a igualdade e a democracia; a vida e os valores humanistas; o acesso do conhecimento, sua construção e reconstrução com base no contexto, nas experiências de vida, nos interesses e necessidades dos educandos e da comunidade e na relação teoria-prática; o desenvolvimento sustentável e solidário da comunidade; a consciência ecológica acerca da vida e do Planeta Terra; o diálogo, o respeito às diferenças e o trabalho coletivo.

O fazer pedagógico foi delineado a partir dos conceitos de sociedade e ser humano, sendo que o primeiro é definido pelo Projeto Político Pedagógico (2007, p.2), como:

> Sociedade é o conjunto de pessoas que vivem e convivem num mesmo espaço geográfico, respeitando as regras e normas em beneficio do bem comum. O homem é um ser histórico que só constrói sua historicidade a partir de seu trabalho, como atividade orientada para fins determinados tendo como pressupostos os valores criados pelo próprio homem, transcendendo sua natureza e produzindo sua materialidade, mediatizado por outros homens. E é nesse percurso que se faz sujeito e constrói sua história de vida e consequentemente, constrói a sociedade, a história da humanidade.

Sendo assim, por meio tanto da concepção de sociedade como da concepção de ser humano - que de acordo como PPP (2007, p.2) “tem o direito de ser, de pensar, de sentir, de querer, de viver, de sonhar e de desenvolver-se plenamente” - podemos perceber que se trata de uma concepção dialógica onde diferentes vozes se aproximam, solidariamente, identificando-se para a construção de espaços comuns de atuação, sem, no entanto, renunciarem a si mesmas. Essa proposta visa, assim, respeitar as condições e as posições de seus saberes, de suas experiências de vida.

Na argumentação em favor do entendimento comum, tais vozes se configuram para a cooperação. Organizam as suas relações, associam-se. A educação para a cooperação, no entanto, não é uma concepção teórica que se faça realidade: é uma prática social que se constrói na intencionalidade dos seus atores, na dimensão pedagógica do processo.

A rede municipal de Constantina se concebe no paradigma de Escola Cidadã (2007, p. 3) sendo que esta:

> [...] é a escola que viabiliza a cidadania de quem está nela e de quem vem a ela. Ela não pode ser uma escola cidadã em si e para si. Ela é cidadã na medida mesma em que se exercita na construção da cidadania de quem usa seu espaço. [...] E como ninguém pode ser só, a Escola Cidadã é uma escola de comunidade, de companheirismo. [...] Trata-se de formar para e pela cidadania, que leve a sociedade a ter voz ativa na formulação das políticas públicas e assim possa participar da mudança do estado que temos para a criação de um novo Estado, radicalmente democrático.

A escola cidadã também busca a presença “de um ‘novo’ professor, mediador do conhecimento, sensível e crítico, aprendiz permanente e organizador do trabalho na escola, um orientador, um cooperador, curioso e, sobretudo, um construtor de sentido, um cidadão”. E de um aluno que tenha a “capacidade de adaptar-se a novas situações, seu espírito crítico, facilidade de comunicar-se, capacidade de lidar com pessoas e de trabalhar em equipe” (PPP, 2007, p.3).

O currículo elencado no município em questão foi pensado com base na inter-relação entre as áreas do conhecimento e entre estas e a sociedade num sentido mais amplo. Essa abordagem visa estabelecer relações do conhecimento formal - aquele trabalhado pela escola - e o conhecimento cotidiano - proveniente da vivência de cada educando - fundamental nesse trabalho. Sendo assim, esse modelo de currículo foi inserido no currículo das disciplinas de Desenvolvimento Rural e Urbano (DRU), Língua Inglesa desde a pré-escola e Filosofia nas séries finais do Ensino Fundamental.

Quanto à concepção interdisciplinar, apesar de todas as escolas possuírem o mesmo Projeto Político Pedagógico, cada uma leva em conta a realidade de sua comunidade local, ou seja, a comunidade onde a escola está inserida. Esta utiliza o seu Tema Gerador e busca - a partir da pesquisa participante - dialogar com toda comunidade escolar. Em seguida, há uma preocupação em verificar o que há de significativo para esta comunidade com o intuito de trabalhar com esses temas/situações/problemas em sala de aula.

> - Resgatam a tradição da Educação Popular; - São extraídos da prática de vida concreta das classes populares; - “Recortam” do contexto societário geral uma parte dele; -Partem da realidade do sujeito e das representações que este faz sobre aquela, o educando dá-se conta de que, aquilo que ele aprende possui um sentido e uma aplicação em sua vida e em sua prática social, marcando seu lugar de pertença à espécie humana como protagonista da história e da cultura; - Possibilitam teorizar sobre a prática, o que implica em ir além do aparente, já quer os sujeitos falam, refletem e estudam criticamente a temática problematizada, buscando a essência dos fenômenos (PPP, 2007, p. 6, apud, CORAZZA, 1992, p. 37).

Nesse processo de educação, podemos identificar práticas cooperativas e, no processo da cooperação, podem-se identificar práticas educativas. A organização da cooperação, em seus aspectos práticos, exige de seus sujeitos e atores uma comunicação de interesses, de objetivos e práticas, a respeito do qual precisam falar, argumentar e decidir. Nesse processo de interlocução de saberes de cada associado, os dois fenômenos se relacionam, entrelaçam-se e se potencializam como práticas sociais específicas. Assim, no diálogo da cooperação, é possível atingir alguns dos pressupostos básicos do ensino, partindo do processo de construção e reconstrução dos diferentes saberes daqueles que participam da organização e das práticas cooperativas.

Há, portanto, neste trabalho interdisciplinar, uma estreita relação entre esses dois fenômenos, entre essas duas práticas sociais: na prática cooperativa, para além de seus propósitos e interesses específicos, produz-se conhecimento, educação e aprendizagem; na prática educativa como processo complexo de relações humanas, encontra-se cooperação.

Quanto às concepções de aprendizagem, o PPP (2007, p. 7-8) afirma que "aprendemos o que se faz sentir, o que temos curiosidade, o que nos interessa e é necessário à vida; conhecimentos e valores; a pensar, a conviver, a ser humano, a criar [...] O que a criança é capaz de fazer hoje, em cooperação, será capaz de fazer amanhã sozinha".

Para que isso ocorra, é importante que todos os envolvidos no processo formativo possam entender que "as condições sociais e as interações humanas afetam o pensamento, ou seja, procurar compreender os processos comunicativos e ambientais que medeiam dentre e entre cada processo do desenvolvimento" (PPP, 2007, p. 8).

A concepção de ensino, segundo o PPP (2007, p. 9), salienta que "Ensinamos por meio de experiências de vida; pelo diálogo, questionando, problematizando o que as crianças e adolescentes já sabem; relacionando teoria e prática, pela construção de novos conhecimentos".

Para compreender essa relação em seus desdobramentos práticos, em seus significados, devemos olhar e perguntar pelo seu uso social, pelos seus sentidos, por suas forças, seus movimentos, suas origens. Devemos perguntar pelas intenções, interesses e necessidades de quem pratica a educação para a cooperação, de quem está envolvido nesse processo. Devemos compreender o sentido pedagógico dessas práticas, isto é, a direção que se dá ao processo educativo. Os princípios norteadores que permeiam as escolas em questão são:

> I - o desenvolvimento das potencialidades humanas; II - a inclusão, a igualdade e a democracia; III - a vida e os valores humanistas; IV - o acesso ao conhecimento, sua construção e reconstrução com base no contexto, nas experiências de vida, nos interesses e necessidades dos educandos e da comunidade e na relação teoria-prática; V - o desenvolvimento sustentável e solidário da comunidade; VI - a consciência ecológica acerca da vida e do Planeta Terra; VII - o diálogo, o respeito às diferenças e o trabalho coletivo (PPP, 2007, p. 11).

E o mesmo PPP, possui como filosofia escolar:

> [...] desenvolver o educando, assegurando-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores, através de uma prática pedagógica democrática, dialógica, interdisciplinar e cooperativa (2007, p. 11).

A partir da percepção de princípios norteadores e filosofia escolar, nasce a proposta de uma "intervenção pedagógica" nos espaços da educação escolar, diante deste quadro de necessidades e desafios, sempre surge a pergunta a respeito dos seus atores e dos lugares sociais desses processos dos quais se espera que possam contribuir ou produzir tais mudanças e transformações.

Cabe também aqui perguntar a respeito de como a escola, a organização cooperativa, seus sujeitos e atores, podem contribuir para as mudanças e transformações na sociedade. Sabemos que a escola coloca como possibilidade de contribuição e participação desse processo de mudanças e transformações a intervenção pedagógica. Essa intervenção pode ocorrer nas práticas de educação e de cooperação presentes nas atividades escolares, com a expectativa de que os seus integrantes produzam novos valores, novas visões, novos comportamentos, questionando as profundas diferenças sociais, antagonismos e estruturas conservadoras.

Neste sentido, uma prática educativa, fundamentada na cooperação e não na competição, é proposta da Escola Cidadã. No entanto, é necessária uma politização desses aspectos no desenvolvimento regional, sendo este um dos maiores desafios à educação na região.

A cooperação como prática social pode se constituir em espaço de "educação política" das pessoas que o integram. O PPP (2007), busca desenvolver ações e práticas pedagógicas através de atividades cooperativas, com o objetivo de promover a cultura da cooperação.

Segundo Libâneo (1998, p. 22):

> [...] o pedagógico refere-se a finalidades da ação educativa, implicando objetivos sociopolíticos a partir dos quais se estabelecem formas organizativas e metodológicas da ação educativa. Nesse entendimento, o fenômeno educativo apresenta-se como expressão de interesses sociais em conflito na sociedade.

Não é, portanto, a educação e a pedagogia – esta entendida como ciência que se propõe a estudar o processo formativo - um fenômeno neutro, isento de interesses e intenções. Neste sentido, "politizam-se" as práticas educativas e cooperativas no sentido da construção de novos espaços e oportunidades sociais, de novos conhecimentos e saberes, e não no sentido da introdução aos espaços sociais, às oportunidades, conhecimentos e saberes já existentes e dominantes.

Nessa perspectiva, o Projeto Político Pedagógico (2007, p. 11) tem como visão de futuro a:

> [...] construção de uma escola cidadã e tendo como parâmetro a concepção de homem e sociedade já explicitados e considerando a compreensão da comunidade educativa sobre o que se entende sobre currículo, aprendizagem e ensino, almeja-se acima de tudo a democratização da educação, com acesso e permanência do aluno na escola, garantia de seus direitos e deveres conjugados ao respeito a sua individualidade. [...] Nesse sentido, os pais, professores, e funcionários em sintonia com o poder público procurarão desenvolver ações que promovam a coletividade.

A responsabilidade social dos diversos setores e atores que integram a comunidade escolar, na direção das práticas cooperativas, pode ser percebida por meio do objetivo das escolas municipais em se constituir como “um espaço educativo de direito social, de construção de novas aprendizagens e conhecimentos, de fortalecimento das relações sociais próprias à infância e adolescência e de desenvolvimento pessoal e comunitária” (PPP, p. 12).

O sentido da educação pela cooperação, nas escolas, a sua dimensão pedagógica, é a formação de atores sociais, sujeitos construtores de uma sociedade democrática, isto é, livre, participativa e justa. Assim entendida, a prática educativa, sua dimensão pedagógica, constitui-se também em construção de um espaço pelo entrelaçamento, pela integração das práticas de educação e de cooperação, como processos sociais de afirmação e emancipação de seus sujeitos.

As escolas da rede municipal atendem a Educação infantil, Ensino Fundamental e Educação de jovens e adultos e definem planos de estudos voltados essencialmente para a organização dos componentes curriculares e atividades educativas, levando em consideração os princípios norteadores, os componentes curriculares, carga horária, competências e habilidades a serem desenvolvidas, metodologias e avaliação.

A metodologia de trabalho visa à construção do conhecimento de forma dialógica e participativa, tendo como ponto chave o Tema Gerador, e a partir dele cada professor organizará sua ação tendo como foco o desenvolvimento, a permanência e a promoção do aluno, bem como a interação família e escola.

De acordo com Libâneo (1998, p. 71):

> [...] a educação, para além de sua configuração como processo de desenvolvimento individual ou de mera relação interpessoal, insere-se no conjunto das relações sociais, econômicas, políticas, culturais que caracterizam uma sociedade (...) as funções da educação somente podem ser explicadas partindo da análise objetiva das relações sociais vigentes, das formas econômicas, dos interesses em jogo. Com base nesse entendimento, a prática educativa é sempre a expressão de uma determinada forma de organização das relações sociais na sociedade.

O Projeto Político Pedagógico da Escola Cidadã concebe a avaliação da aprendizagem e do desenvolvimento do aluno na perspectiva crítico-emancipatória (2007, p. 13):

> A avaliação é processual integrada e educativa, procurando objetivar necessidades e dificuldades com a finalidade de reorientar o trabalho pedagógico do professor e da escola, as aprendizagens e atitudes do educando e da turma" na perspectiva crítico-emancipatório, conforme regimento escolar. Avalia avanços e dificuldades de aprendizagens em relação aos objetivos propostos, os conhecimentos construídos e os valores desenvolvidos por meio de atitudes manifestadas. A avaliação acontece com trabalhos orais, escritos, individuais e coletivos; observações das atitudes e dos avanços e dificuldades de aprendizagem. A avaliação dá-se processualmente e o seu registro é mantido no "Documento de Avaliação do Educando.

Sob essa ótica, a prática cooperativa como expressão das ações entre pessoas que se associam em razão de seus interesses ou necessidades é, certamente, também um lugar privilegiado de processos de comunicação, de interação, isto é, de educação. Nesse contexto, a avaliação municipal passa pela orientação de quatro eixos estruturais da educação (2007, p. 14):

> a) Aprender a Conhecer: diagnosticar as dificuldades encontradas no processo de aprendizagem nos aspectos cognitivos, culturais sociais, biológicos e afetivos, a fim de acompanhar o desenvolvimento do educando; despertando a capacidade de avaliar a si mesmo. b) Aprender a fazer: interferir no processo educativo de forma a redirecionar todo o trabalho e a prática pedagógica para que seja garantida a aprendizagem fundamental. c) Aprender a Viver Juntos: ampliar as possibilidades de aprendizagem desenvolvendo o conhecimento do outro, a percepção das interdependências, procurando-se identificar as conquistas e dificuldades

> dos alunos, professores e toda gestão pedagógica e administrativa. d) Aprender a Ser: promover uma educação comprometida com o desenvolvimento total da pessoa, promovendo a formação do educando como cidadão autônomo, crítico e participativo no contexto social, político e profissional, para a obtenção de novos conhecimentos.

Na perspectiva dessa concepção, podemos vislumbrar os seguintes passos necessários ao professor (2007, p. 15):

> • Ter clara a concepção utilizada como suporte da prática pedagógica; • Planejar suas aulas cotidianamente; • Reelaborar e atualizar seus conhecimentos; • Estabelecer com clareza o que será avaliado; • Selecionar e comunicar aos alunos as técnicas e os instrumentos de avaliação; • Dar ao aluno o direito de questionar, de duvidar e errar; • Considerar o erro como um dos indicadores do nível de aprendizagem; • Fazer intervenções no tempo hábil; • Valorizar os acertos dos alunos, incentivando e elevando sua auto-estima; • Registrar os resultados da avaliação para acompanhamento e progressão do aluno; • Explicar ao aluno o que se espera dela ao final de cada atividade proposta; • Iniciar cada atividade, levantando conhecimentos prévios dos alunos sobre o assunto que será tratado; • Estimular e incentivar o aluno a superar os desafios; • Diagnosticar os avanços e dificuldades dos alunos, propondo atividades de recuperação paralela, no mesmo turno ou em turno inverso ao de sala de aula; • Valorizar e respeitar o ritmo de aprendizagem dos alunos; • Promover a auto-avaliação dos alunos estabelecendo critérios que possibilitem a confiança mútua.

As atividades de recuperação devem ser realizadas com critérios, a fim de não sobrecarregar o recuperando e devem levar em consideração fatores que favoreçam a aprendizagem:

> • A diversificação de atividades e metodologias; • A diversidade e ritmo de aprendizagem dos alunos; • Nível de compreensão que o aluno deve alcançar; • Qualidade do conteúdo e sua relevância científico-tecnológica e social, no desenvolvimento das habilidades e competências.

A escola pode trabalhar com Medidas Preventivas, ou seja, estratégias para antever os resultados do processo de ensino e aprendizagem, visando com isso o sucesso escolar do aluno. Pode-se nesse caso desenvolver:

> a) Projetos de Estudos: O professor da disciplina ou série, juntamente com o coordenador pedagógico, deverão criar um plano de estudos para aqueles alunos que apresentarem dificuldades de aprendizagem. Deve fazer parte do plano, conteúdos significativos e atividades como: aula de reforço, formação de hábito de estudo,, dentre outros, que possam possibilitar o desenvolvimento de competências e habilidades básicas.
> b) Atividades diversificadas: atividades que o professor desenvolve ao longo do ano, são ações que possam contribuir na construção do conhecimento do aluno. Podemos citar: aula de campo, pesquisa científica,

> oficina de leitura, desenvolvimento de projetos científicos, participação em feiras culturais...
> c) Monitores: apoio de alunos que tenham bom rendimento escolar para auxiliar junto aqueles com menor desempenho. Caso a escola tenha estagiários, pode-se fazer um horário especial de atendimento dos alunos com dificuldades, de modo que o planejamento para a aula de recuperação possa ser orientado pelo professor da disciplina ou série e o coordenador pedagógico.
> d) Revisão de Provas e Trabalhos: professor faz a correção da avaliação feita junto com os alunos, possibilitando um "feedback" dos conteúdos e dos objetivos trabalhados.

Quanto aos professores, a Rede municipal proporciona sistematicamente reuniões, juntamente com os integrantes da Secretaria Municipal de Educação, com a finalidade de analisar a prática pedagógica, oferecendo, também, seminários, encontros, sessões de estudo, no próprio município.

O Projeto Político Pedagógico tem sido objeto de estudo para professores, pesquisadores e instituições educacionais em nível nacional, estadual e municipal em busca da melhoria da qualidade de ensino é entendido como a própria organização do trabalho pedagógico da escola como um todo, uma atividade cotidiana de professores no exercício profissional quanto ao pensar sua atividade no cotidiano da escola. O planejamento é uma atividade individual e coletiva de acordo com o objetivo sofrem algumas influências do estado na medida em que filiam-se as políticas públicas.

Contudo, o planejamento é entendido como uma prática que visa à implantação das políticas educacionais técnicas operacionais pedagógicas. Por isso é importante a prioridade dada ao diálogo entre sujeitos da comunidade escolar e a participação de todos, pensando assim em um planejamento como prática democrática.

Sendo assim, a principal possibilidade é a construção de um projeto político pedagógico que passa pela relativa autonomia da escola, de sua capacidade de delinear sua própria identidade. Isto significa resgatar a escola como espaço público, lugar de debate, diálogo, fundando em reflexão coletiva na construção de uma educação de qualidade social, considerando as necessidades dos atuais usuários da escola pública.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO: EDUCAÇÃO COOPERATIVA E EDUCAÇÃO COMPETITIVA ACERCA DOS GESTORES EDUCACIONAIS DO MUNICÍPIO DE CONSTANTINA

A cooperação pode ser considerada algo intrínseco do ser humano, já que existe a necessidade humana em cooperar, interagir, destacando que o ser humano é um ser social e político, tal fato está presente nos registros desde os primórdios da civilização humana.

O cooperativismo, como uma das formas mais claras da relação social através do trabalho, ganha destaque desde o seu surgimento, na sua forma moderna, no berço da Revolução Industrial da Inglaterra em 1844, na cidade de Rochdale.

Aquela sociedade formada por 28 tecelões na busca de enfrentar os problemas comuns da época deu seguimento a primeira cooperativa, bem como, as bases para o cooperativismo atual, resumidos nos sete princípios cooperativos existentes na atualidade.

Segundo Tesch (2000, p. 71), os setes princípios cooperativos são:

> 1. Adesão livre e voluntária. 2. Controle democrático pelos sócios 3. Participação econômica dos sócios. 4. Autonomia e independência. 5. Educação, treinamento e informação. 6. Cooperativas entre cooperativas. 7. Preocupação com a Comunidade.

Vale ressaltar que o quinto princípio de acordo com Tesch (2000, p. 71), aborda a educação cooperativa, afirmando que:

> As cooperativas proporcionam educação e treinamento para os sócios, dirigentes eleitos, administradores e funcionários, de modo a contribuir efetivamente para seu desenvolvimento. Eles deverão informar o público em geral, particularmente os jovens e os líderes formadores de opinião, sobre a natureza e os benefícios da cooperação.

O modelo cooperativista, ao contrário do que alguns críticos previam, desde o seu surgimento, permanece vivo e atuante até os dias atuais, sendo frequentemente revigorado por vários tipos de iniciativas e experiências. Neste sentido, nos últimos tempos há uma retomada da importância do cooperativismo em nível mundial, fruto

das inconsistências do mercado mundializado e a visualização do modelo cooperativista como opção viável a estas inconsistências. Para Frantz (2003, p.61):

> [...] está em afirmação uma nova consciência a respeito dos fatos e dos fenômenos sociais da atualidade, das instituições e organizações humanas, da natureza, tais como: ecologia, meio ambiente, políticas públicas, economia de mercado, papel do Estado, cooperação.

Com a revalorização do cooperativismo, se exige maior atenção à questão da educação em organizações cooperativas, pois, no novo contexto de mudanças, internacionalização dos mercados, através da globalização, torna-se necessário a construção de espaços de educação, de aprendizagem e de redistribuição de poder, os quais são necessários para que os cooperativados estejam preparados para os processos de transformação.

Quanto à competição, principalmente no âmbito escolar, por muito tempo esteve polarizada, sendo alimentada à base de contradições e, consequentemente, repelindo qualquer possibilidade de diálogo. Os pólos que alimentaram as discussões sobre competições, em diferentes abordagens, viveram, ou vivem reféns da apresentação de seus aspectos positivos de um lado e dos negativos do outro.

Desse modo, segundo Brotto (1999, p. 61), entendemos que mais importante que tentar compreender a competição, é compreender o sujeito que compete, assim como os sujeitos que especificam seus fins.

Partindo dos pressupostos pedagógicos existentes na competição, os quais poderão ser explorados, o objetivo da competição pedagógica na escola deverá ser em torno de maximizar os aspectos positivos e minimizar os efeitos negativos.

A primeira questão efetuada[3] abordou a diferença entre educação cooperativa e educação competitiva, percebe-se que as escolas da zona urbana escola A e B, possuem a mesma ideia sobre a conceitualização das mesmas.

“Educação cooperativa todos cooperam nas atividades, socializam e se ajudam mutuamente, compartilham. Educação competitiva cada um procura ser o melhor e não disponibiliza oportunidades para outros, não compartilha”. (Escola A, 2009).

[3] Questão 01: Na sua opinião, qual a diferença entre educação cooperativa e educação competitiva?

“Educação cooperativa é a que os educadores e educandos cooperam entre si e vice-versa. Educação competitiva é aquela em que educadores e educandos competem entre si”. (Escola B, 2009).

Os Gestores da zona rural conceitualizaram a educação cooperativa e competitiva a partir de várias abordagens. O gestor C, por exemplo, enfatiza que “a educação cooperativa tem por objetivo a inclusão, a divisão de tarefas, enfim o trabalho coletivo, enquanto a educação competitiva centraliza o poder, embora não objetive a exclusão é uma escola seletiva e excludente”.

O gestor D afirma que:

> A educação competitiva prima pela competição, mas a educação cooperativa tem como objetivo a chamamento, a motivação, a discussão em abranger o maior número de cooperando em seu grupo para juntos chegarem a um denominador comum e seja mais significativa para todos.

Já o gestor E, aborda a cooperatividade a partir da convivência sendo que:

> [...] os professores se ajudam, existe colaboração e troca de saberes entre ambos, fazendo com que o mesmo não seja um mero transmissor de conhecimento e sim um facilitador que interaja com o aluno na busca de novas aprendizagens, enquanto na educação competitiva não existe troca de experiências entre professores e alunos, o professor transmite e o aluno recebe as informações não podendo questionar.

Para o gestor F a “educação cooperativa é quando o educando coopera com seus colegas, procura realizar atividades em grupo, vive cooperando e competitiva seria ter competitividade onde um quer saber mais que o outro”.

De acordo com o Gestor Municipal a educação cooperativa é aquela que “todos cooperam, todos trabalham juntos e são responsáveis e a competitiva é um adversário do outro”.

Podemos perceber que os gestores da rede municipal possuem definidos os conceitos sobre competitividade e cooperação, podendo acrescentar que o PPP municipal também contribui para o bom conhecimento dos gestores, sendo que sempre são efetuadas formações profissionais continuas e reuniões gerais.

Segundo Schneider (2003, p.14), a educação e a capacitação são indispensáveis em qualquer instituição, pois:

> [...] educar para a cooperação é uma tarefa difícil, pois as pessoas nascem e vivem num contexto de concorrência, de individualismo, do crescimento

> deixando os outros para trás. Não se consegue mudar uma situação de concorrência para uma situação de ajuda mútua de uma hora para outra. Desencadeia-se um processo, cujo resultado geralmente só se obtém a longo prazo. Por isso, também, deve enfatizar-se na educação cooperativa seu caráter de educação permanente.

Porém, a efetivação da educação cooperativa nos moldes tradicionais promovidos pelas escolas e profissionais preparados para a competição dificilmente formará pessoas cooperativistas. Por isso, a educação cooperativa deve ser pensada e implementada pelas comunidades escolares, pois, são estas as promotoras dos princípios de solidariedade e cooperação.

Para os fins de nossa reflexão, vamos definir a cooperação como um processo social, embasado em relações associativas, na interação humana, pela qual um grupo de pessoas busca encontrar respostas e soluções para seus problemas comuns, realizar objetivos comuns, busca produzir resultados, através de empreendimentos coletivos com interesses comuns.

A educação é um fenômeno complexo da existência humana. Por conseguinte, também tem muitas definições, compreensões ou explicações e acontece em diferentes lugares e de diversos modos. Libâneo (1998, p. 22) a define como o conjunto das ações, processos, influências, estruturas, que intervêm no desenvolvimento humano de indivíduos e grupos na sua relação ativa com o meio natural e social, num determinado contexto de relações entre grupos e classes sociais.

Para Watkins (1989, p.131), “não pode haver cooperação sem cooperadores, e os cooperadores, diferentemente dos poetas, não nascem, se fazem”. Sendo assim, o cooperativismo não pode esperar que nasçam cooperativistas de forma casual, mas sim, utilizar-se da educação cooperativa para promover a cooperação.

Essa educação cooperativa envolve além do conhecimento teórico, ações práticas, para alcançar os seus objetivos, que vão além da formação acadêmica, ou seja, é a soma das ações e experiências que promovem o crescimento moral e mental dos cooperadores, e assim o conhecimento e as capacidades para trabalhar de forma coletiva dentro dos princípios cooperativistas (SCHNEIDER, 2003).

O ensino de cooperativismo pode ser muito fecundo, quando implantado no ensino primário e secundário. Pois, nos adultos que se formaram pelos métodos tradicionais a primeira tarefa da educação cooperativa deve ser liberar seus espíritos das ideias recebidas sem exame, e fazê-las abandonar os caminhos trilhados e as

soluções rotineiras. Este problema não existe no espírito das crianças, espírito novo, ativo, buscador, ávido para conhecer, compreender, descobrir.

Além disso, pode-se contar com as crianças para que divulguem em seu meio os conhecimentos e as experiências que acabam de adquirir; de modo que os pais que se interessam pela educação de seus filhos, aprendem muito mais deles no setor das ideias e das práticas novas, inclusive, sem dar-se conta.

A atuação por parte das escolas na educação cooperativa, além de ser uma questão de sobrevivência das próprias organizações, pode ser visualizada pela ótica da manutenção e aplicação de um outro princípio cooperativista, que é o "compromisso com a comunidade". Pois, a educação cooperativa está preocupada com o meio ambiente, cultura, valores morais e sociais, ajuda mútua, honestidade, geração de renda, etc.

Para Bemvenuti (2002), dentre os objetivos de uma educação cooperativa algumas ideias são fundamentais, como: socialização, criatividade, espontaneidade, solidariedade, liberdade e espírito crítico, as quais precisam ser estimuladas e desenvolvidas nos processos de educação cooperativa.

Assim, contrapondo-se à ideia errônea de disciplina, um trabalho em bases cooperativas exige dos alunos a auto-disciplina. Para discutir, levantar todas as ideias, escolher a melhor alternativa para a situação proposta (realidade que o jovem vai enfrentar no futuro como cooperativista), é necessário desenvolver, no aluno, atitudes de respeito e aceitação das ideias dos outros, assim como o espírito de colaboração, o esforço em alcançar o nível do grupo, a espera da sua vez de falar, o auxílio ao companheiro para que exponha suas ideias, e o sentimento de que os outros são fonte de aprendizagem. Todos devem estar preocupados com cada um (BEMVENUTI, 2002).

Em face disto, a educação cooperativista, ao possibilitar o aprimoramento da gestão social, permitindo contribuir satisfatoriamente para o alcance da competitividade. Assim a capacitação/formação dos educandos e educadores viabiliza a profissionalização das escolas, privilegiando tanto os envolvidos no processo educativo como os gestores escolares.

Na segunda questão[4] os gestores foram questionados quanto ao modelo trabalhado, se o cooperativo ou o competitivo. Todos foram unânimes em responder que o modelo é cooperativo.

> Gestor A: Na escola em que atuo, trabalha-se com o modelo cooperativo. Gestor B: Acredito que trabalho no modelo cooperativo, pois sempre procuro pedir opiniões e também ajudar os outros que pedem ajuda. Gestor C: Nosso município trabalha com a proposta da escola Cidadã: Educar para transformar, onde o modelo competitivo está perdendo seu espaço. Gestor D: Ainda estamos distantes do ideal de educação cooperativa, mas estamos no caminho. Gestor E: Modelo cooperativo. Gestor F: Eu acho que trabalho no modelo cooperativo. Gestor Municipal: Cooperativo, procuro sempre colaborar e trabalhar ajudando.

Quanto ao modelo abordado nas escolas da rede municipal a educação cooperativista é reconhecidamente como um dos pilares de sustentação do desenvolvimento da mesma, formando parte tanto dos princípios norteadores e valores, como do currículo, avaliação e das necessidades explícitas para a completude deste modelo cooperativista.

Dessa relação nasce um "espaço de atuação pedagógica", onde se desenvolvem processos, práticas educativas e cooperativas. Na verdade, o PPP (2007), tem a educação e a cooperação como duas práticas sociais que se processam de tal forma que, sob certos aspectos, uma contém a outra. A educação é um processo social fundamental na vida dos homens. Na cooperação como processo social, produz-se educação, sendo, assim, a organização cooperativa, além de seus outros significados, também um lugar social de educação. Entrelaçam-se e potencializam-se a educação e a cooperação como processos sociais.

> O educador não está prioritariamente interessado em que pensa ou crê o indivíduo, mas sim, em como pensa e como forma suas opiniões, ou seja, sua capacidade para compreender com clareza os fatos e raciocinar a partir daí, para obter conclusões válidas e como desenvolver essa capacidade de pensar por si mesmo (SCHNEIDER, 2003, p. 26).

De acordo com o mesmo autor, existem estreitos vínculos entre cooperativismo e educação, pois é exatamente através dos processos educativos que se da à transmissão das ideias, valores, dos princípios e das atitudes que são norteadoras do cooperativismo. Nessa mesma linha de pensamento, Frantz (2001), considera a educação e a cooperação como duas práticas sociais, sendo que em

[4] Questão 02: Você acha que trabalha no modelo cooperativo ou competitivo?

determinados aspectos uma contém a outra, ou seja, tanto no processo de educação é possível se verificar práticas cooperativas, como o inverso também pode ser observado, os processos cooperativos educam.

> Por meio da integração da comunicação e da educação, seus conceitos, funções e práticas, pode-se implementar um processo de educação nas cooperativas, contribuindo para o exercício da cidadania e para a valorização dos seus diversos públicos e, consequentemente, fortalecendo a cooperativa e o sistema a que está integrada (SCHNEIDER, 2003, p. 204).

A grande preocupação gira entorno da real capacidade dos cooperados de gerir a escola/educandos que sejam de fato competitivos nos mercados, visto que as constantes mudanças - devido aos efeitos avassaladores da globalizado, que encurta as distâncias entre os mercados, através da constante utilização das tecnologias da informação - desafiam os empreendimentos em geral a obterem uma maior capacidade de adaptação frente aos determinantes dessa nova realidade que se apresenta em nível mundial.

Quando os gestores foram questionados[5] sobre o ambiente escolar que os mesmos atuam e qual o modelo de educação privilegiam, todos afirmaram que o modelo cooperativo.

> Gestor A: O modelo cooperativo. Exemplo: É realizado quinzenalmente planejamento onde os profissionais trocam experiências de atividades preparam suas aulas de forma conjunta e são muito solidários uns com os outros. Gestor B: Na minha escola se privilegia o modelo de educação cooperativa, onde todos se ajudam. Gestor C: Modelo cooperativo. Ex.: Sentamos em grupo para planejar e implementar ações que ajudem a nós e nossos educandos a superar limitações. Buscamos parcerias com a família, escola SMEC, SARE, psicóloga, fonodióloga, etc. Gestor D: Em algumas situações educação cooperativa. Ex.: Pesquisa participante para escolha do tema gerador que norteia nosso fazer pedagógico. A avaliação dos educandos por pareceres descritivos e não por notas. Gestor E: Nosso ambiente escolar privilegia uma educação cooperativa, pois todos partilham conhecimentos e trocam experiências e saberes. Gestor F: O modelo de educação cooperativa, pois sempre procura-se levar em consideração o que o educando já sabe, procurando construir novos passos através disto, e também ajudar-se mutuamente. Gestor Municipal: Não é fácil responder, mas às vezes tenho a impressão que o método é competitivo.

O ambiente escolar em estudo se dá como uma condição inerente à sua organização, ao seu funcionamento, ao seu progresso. Na interação dos associados, dos cooperantes, da comunidade em geral, em sua ação comunicativa,

[5] Questão 03: O ambiente escolar em que você atua privilegia qual modelo de educação? Exemplos.

em seu diálogo como partícipes de um projeto comum, produzem eles as condições para um processo de socialização de conhecimentos, de experiências.

Para tanto, percebemos nos ambientes escolares a educação para a cooperação, para a produção conhecimentos e aprendizagens necessárias à emancipação humana, um processo interativo e democrático de diferentes vozes que se fazem sujeitos da sua história pela ação comunicativa, pela cooperação na construção dos seus espaços de vida, submetendo-se essas diferentes experiências de vida, suas reflexões e argumentos a um diálogo reconstrutor das relações e práticas sociais decorrentes.

Esse aspecto é apresentado igualmente por Schneider (2003), ao se referir à importância da educação cooperativista como mecanismo indispensável para garantir uma educação cooperativa, reforçando que sem essas atividades de cunho educacional, a educação cooperativa pode correr o risco de ser absorvida pelo sistema socioeconômico vigente, onde há predominância da concorrência e do conflito. Neste sentido, acrescenta que:

> A educação cooperativa, além de capacitar as pessoas a adquirirem um melhor conhecimento sobre o que é e exige a cooperação, sobre o que é a identidade especifica das organizações cooperativas, visa igualmente atrair novos associados, reforçar e qualificar a participação dos cooperados, reciclar os funcionários para que eles possam ter um bom relacionamento com os co-proprietários do empreendimento e, também, para conhecer melhor a organização na qual trabalham (SCHNEIDER, 2003, p.15)

Dentro deste panorama acreditamos que a capacitação passa a ser fator decisivo no desenvolvimento da educação, pois impulsiona as relações entre os indivíduos, assim como proporciona um maior ampliação da capacidade de gestão.

Isto posto, ressalta-se que a gestão social precisa ser reforçadas através da educação cooperativista, para tanto é necessário se priorizar importantes mecanismos de comunicação interna na escola e com os envolvidos, bem como reforçar a gestão interna do poder para que ocorra o alcance da aprendizagem conjunta.

Por sua vez, se bem a capacitação é uma ferramenta reconhecidamente imprescindível para a gestão, no caso específico das escolas ela visa também transformar os envolvidos no processo em verdadeiros influenciadores do ensino aprendizagem e em ativos agentes do desenvolvimento de suas comunidades.

De acordo com Watkins (1989), qualquer sistema educativo deve proporcionar experiências concretas que possibilite aos participantes envolvidos desempenhar suas próprias habilidades e a personalidade.

Assim como admite Frantz (2001), a educação se traduz em um processo cooperativo, desde que este processo seja essencialmente voltado à emancipação humana, e também um processo interativo e democrático, onde os sujeitos, através da ação comunicativa podem se tornar donos do próprio destino e construtores da sua própria história.

Como finalização do questionamento[6], os gestores foram abordados quanto as suas iniciativas/propostas e se as mesmas são bem recebidas pela escola/professores, alunos, ou seja, por toda comunidade escolar.

> Gestor A: A princípio quando teve inicio em 2001 houve algumas resistências por parte de alguns, porém hoje percebe-se o resultado e esse é aceito pela maioria apenas um profissional entre trinta que continua com sua opinião contrária aos demais.
> Gestor B: Nem sempre, acredito que com educandos sem problemas, mas com educadores e comunidade nem sempre apóiam, pois ainda existem muitas pessoas com pensamentos tradicionais.
> Gestor C: No geral, nossa comunidade escolar (alunos, professores, funcionários, pais, e comunidade) sente-se mais valorizada, apresentando-se mais comprometida e participativa.
> Gestor D: Depende muito das situações, climas (períodos político eleitoreiro) dentre outros, é um tanto relativo.
> Gestor E: Sim, pois os conhecimentos adquiridos vêm ao encontro da necessidade de ambos.
> Gestor F: Sim, na maioria das vezes acredito que sim, os meus colegas, alunos e comunidade em geral aceitam minhas propostas ou iniciativas.
> Gestor Municipal: Às vezes sim, procuro mostrar que a cooperação é o melhor caminho. A comunidade sabe que é a união que faz a força.

A educação contemporânea trabalha com essa dicotomia entre competir e cooperar, no entanto acreditamos que as propostas e iniciativas abordadas pelos gestores são bem aceitas por toda comunidade escolar, pois os gestores procuram mostrar que na vida profissional, quem vale mais não é aquele que decorou mais coisas, mas o que é capaz de partilhar, de trabalhar em equipe, de desenvolver autonomia e criatividade. Quando se tenta homogeneizar o processo educativo, destrói-se a criatividade. Cada aluno é diferente e isso o torna rico, único.

[6] Questão 04: Você acha que suas iniciativas/propostas são bem recebidas pela escola/professores? E pelos alunos? E pela comunidade?

A compreensão do papel da educação na luta pela prevalência da colaboração e do compartilhamento sobre a competição e o aprisionamento do conhecimento depende da elaboração sobre esse conjunto de fatores.

É preciso libertar a própria educação dos modelos de competição e aprisionamento do conhecimento que a cercam e identificar como ela pode ser um fator de reforço da liberdade ou do aprisionamento do conhecimento. De acordo com Pretto e Silveira (2008, p. 73), “a defesa da liberdade do conhecimento não é uma simples questão de opção ideológica, mas uma postura a favor da luz e contra as trevas”.

Deste modo, Albuquerque (2003, p. 124), acrescenta que não dá mais para pensar programas educacionais desfocados, que não levam em consideração as peculiaridades das cooperativas e da realidade da qual fazem parte, realizando capacitações que estão pautadas em “generalizações que descontextualizam conteúdos, têm seu enfoque no indivíduo e distanciam teoria da prática”,

Neste sentido, o mesmo autor realça que um projeto político-pedagógico deve cumprir a missão de identificar quais são as finalidades sociais a serem reforçadas, para que garanta de fato a construção de dignidades e, ao mesmo tempo, de indivíduos mais autônomos. Assim os projetos político-pedagógicos cooperativos devem ser entendidos como espaços de construção coletiva dos conhecimentos que se encontram, tanto disponibilizados pela cultura de uma sociedade, como existentes no grupo. Estes projetos educacionais clamam por uma agir cooperativo, no seu sentido mais amplo, que possibilite a passagem de uma cultura pautada na desconfiança, para uma cultura que tenha como prioridade, necessariamente, a cooperação.

Assim, segue sendo essencial entender o modo como se organiza a apropriação capitalista da informação e do conhecimento, e sua dependência de escassez artificial, e identificar o papel da tecnologia como componente político fundamental, longe de uma suposta neutralidade. Segundo Pretto e Silveira (2008, p. 73):

> Num cenário em que a internet e os meios de comunicação se colocam como arena de várias batalhas entre colaboração e aprisionamento, cabe à educação funcionar como um espaço de crítica e (re) significação, papel que, aliás, sempre coube a ela em relação a todos os processos.

A defesa da liberdade do conhecimento representa a afirmação de uma nova cultura que resgata os valores da colaboração e do compartilhamento – tão antigos quanto atuais –, em enfrentamento a uma cultura arcaica, a qual se afirma pela tentativa de aprisionar artificialmente o conhecimento que é livre por natureza.

Em vista disto, Libâneo (1998), quando menciona o termo pedagógico, remete-se essencialmente a finalidades de cunho educacional, implicando objetivos sóciopolíticos que são referências para se estabelecer formas organizativas e metodologias de ação educativa.

Portanto, e como apresentado até aqui, a educação cooperativa deve abranger públicos distintos (funcionários, dirigentes, associados, comunidade) e com diferente nível educativo, assim como conteúdos variados (de gestão social, participação, cooperação), tudo o qual a faz muito complexa e especializada.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer deste trabalho, procuramos evidenciar uma proposta de educação de ensino e aprendizagem fundamentada nos Pilares da Educação, na qual possa gerar mudanças nas formas atuais que estamos educando e com isso possamos resgatar valores humanos que ajudem no processo de convivência e construção de uma verdadeira autonomia de cada ser.

Acreditamos que, para esta realização, a educação seja um dos caminhos para se obter um melhor resultado, em que este processo seja permeado de trocas de convivência e reconhecendo em cada um de nós um estilo de vida, em que o desenvolvimento da cooperação seja um exercício para tal.

A pretensão deste é também um convite que fazemos para que os profissionais, sem distinção, façam um caminho, partindo com a vontade de experimentar e acreditar nesta nova aprendizagem em que nós, educadores, sejamos capazes de transmitir mais do que somente conhecimentos, aproximando mais o professor, aluno, família, amigos uns dos outros, formando uma grande corrente que não pese, mas sim, que nos una cada vez mais.

A partir deste, buscamos incansavelmente por alternativas ao enfrentamento da pobreza, que atualmente não se limita a algumas profissões, ao contrário tem sido preocupação de outras ciências como a educação, alem da discussão do quanto à competitividade nos tem feito reféns no processo de acesso ao mercado de trabalho é que a cooperação ganha um espaço privilegiado de discussão, sendo identificado como possibilidade concreta na garantia à acessibilidade por direitos, ou num plano político.

Considerando os fatores históricos, se há muito tempo estamos sendo educados e submetidos à ideia da competição, como cegos políticos numa corrida desenfreada pelo primeiro lugar, uma grande parcela da sociedade está em segundo buscando também por seu espaço.

Atualmente, a ideia da cooperação e o uso da mesma como princípio de desenvolvimento econômico e social tem surgido e transparecido como experiência exitosa, embora tenhamos um intensivo trabalho no desenvolvimento do espírito cooperativo com os cidadãos envolvidos no processo e até mesmo de exemplos

dissolução, ainda tem se apresentado não como única, ou melhor, mas até então a mais concreta e com bons resultados, especialmente quando falamos em emancipação.

Desta forma, a busca pela cooperação perpassa pela ideia de emancipação dos sujeitos sociais, onde a escola tem papel fundamental, educando os sujeitos para que sejam sujeitos atuantes na sociedade tendo reconhecido seus direitos com o exercício da cidadania.

Assim, temos o fundamental desafio profissional: a emancipação dos sujeitos sociais e o exercício da cidadania. A construção de um processo que seja crítico e reflexivo será capaz de produzir um sentido de cidadania que dará sustentação ao sujeito social de intervir na sua própria realidade e transformá-la.

No entanto, este desafio foi ponto de partida para discussão de alternativas aos profissionais mais atentos, transformando e avançando o que parecia impossível em metodologia de trabalho. Somente a utilização desta metodologia já configura-se em avanço pois, esta longe de ser uma política compensatória, apresenta-se como um processo que aperfeiçoa a solidariedade e a ajuda mútua, numa cadeia coletiva onde todos ganham e não somente um é premiado. Assim, desperta ainda mais o interesse do educando que sente-se motivado em apreender e compartilhar conhecimentos.

Temos assim, o desafio de enfrentar as forças de resistência apresentando as significativas alterações neste processo e os resultados alcançados, na perspectiva do desenvolvimento social como campo de atuação profissional, onde não podemos nos acomodar, pois precisamos estar preparados para as mudanças que se processam transformando quantas vezes for necessário para o aperfeiçoamento de nosso fazer e agir profissional.

Estar atento às mudanças que se processam mais do que nunca tem sido de fundamental importância, não queremos aqui cair no velho e gasto discurso que é preciso urgentemente adaptarmo-nos aos novos paradigmas, mas em contrapartida é preciso reafirmar que nós profissionais temos o dever de nos preocupar com uma educação de qualidade aos nossos alunos, pois, acreditamos na educação como sendo ferramenta concreta de enfrentamento dos mais variados problemas vividos por nossa sociedade hoje.

Entretanto, devemos ressaltar também que a melhoria do ensino é crucial do ponto de vista do desenvolvimento científico e tecnológico do país e da

competitividade. É a aprendizagem que dá a formação básica para o futuro cientista, tecnólogo, técnico ou trabalhador, pois a introdução e a absorção de novas tecnologias características do novo paradigma produtivo exigem, além da formação específica, certos conhecimentos básicos e gerais e neste sentido o governo estimula a competitividade.

A educação acontece pela interação, pela interlocução dos sujeitos, pelas relações que resultam dos processos e práticas diversas nos espaços da vida, seja de dimensão cultural, econômica ou política. O cooperativismo é uma prática social histórica, em cujo centro estão questões do mundo da vida ou ligadas à sua base material. É uma prática social que institui um lugar de aprendizagem, um lugar de educação. Percebemos que rede municipal em estudo faz parte desta prática social.

A educação como ação social ou como prática social aparece, muitas vezes, de forma difusa, associada a processos de comunicação, de interação entre os educadores, educandos, gestores e demais envolvidos neste processo, presentes no espaço da cooperação. Aparece como uma ação entre sujeitos ou como uma "prática sobre outros", procurando influenciá-los em suas ideias e seus valores, em seus modos de pensar, de interpretar a vida social, especialmente a da realidade cooperativa, sugerindo ou levando-os a comportamentos e visões de mundo favoráveis à natureza da prática cooperativa.

Portanto, este é o espaço das práticas educativas, em se tratando do cooperativismo. A educação cooperativa, ou melhor, a educação para a cooperação se define no espaço das práticas concretas. É, de certa forma, a expressão da compreensão dessas práticas ou mesmo de seu uso social. Contém intenções e interesses, que fazem a sua "base pedagógica". O fenômeno social das práticas de educação se dá em um contexto de interesses e necessidades. Está vinculado ao esforço, às intenções ou ao jogo de interesses por construir um espaço de poder, através das organizações cooperativas. Tem intencionalidade política, portanto, e não apenas funcionalidade organizativa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE, P. P. **Autogestão.** In A. D. Cattani (Org.). A outra economia (pp. 20-26). Porto Alegre: Veraz Editores, 2003.

BEMVENUTI, V. L. S. **Aprender: uma abordagem cooperativa.** In: FIALKOW, M. Z. (Coord.). A união faz a vida: educação cooperativa: subsídios para os professores do Ensino Fundamental. 2 ed. São Leopoldo: UNISINOS, 2002.

BROTTO, Fábio Otuzzi. **Jogos cooperativos:** o jogo e o esporte como exercício de convivência.. Campinas: Dissertação (Mestrado) – UNESP, 1999.

DEMO, Pedro. **Política social do conhecimento**: sobre futuros do combate à pobreza. 2. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2000.

FRANTZ, Walter. **A organização cooperativa**: Campo de educação e espaço de poder. In: IV Jornada de pesquisa. Livro de resumos, Novembro. Ijuí: Editora Unijuí, 2001.

_____. **Educação para o cooperativismo**: a experiência do movimento comunitário de base de Ijuí. In: SCHNEIDER, J. O. (Org.). Educação cooperativa e suas práticas. Brasília: SESCOOP, 2003.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: Saberes necessários à prática educativa. 19. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GIL, Antônio Carlos. **Gestão de Pessoas**. São Paulo: Atlas, 2001.

LIBÂNEO, José Carlos. **Pedagogia e pedagogos, para quê?** São Paulo: Cortez, 1998.

MARCONI, Marina de Andrade. **Técnicas de Pesquisa: planejamento e execução de pesquisa, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

MARIANI, Bethania: **Questões sobre solidariedade**. In ORLANDI, Eni (Org): Cidade atravessada: os sentidos públicos no espaço urbano. Campinas: Pontes, 2001.
MATURANA, H. R. **Uma abordagem da educação atual na perspectiva da biologia do conhecimento** in: Emoções e linguagem na educação e na Política. Belo Horizonte: Ed. UFMG,1998.

MINAYO, Maria Cecília. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade.** 19. ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2001.

ORLICK, Terry. **Vencendo a competição**. São Paulo: Círculo do Livro, 1989.

PPP. **Projeto Político Pedagógico**. Constantina: Secretaria Municipal de Constantina, 2007.

PRETTO, N. De L.; SILVEIRA, S. A. da. **Além das redes de colaboração:** internet, diversidade cultural e tecnologias do poder. Salvador-BA: EDUFBA, 2008.

RAMOS, José Hugo Castro; CHIES, José Bruno et. al. **Cooperativismo**: Construção Solidária. Porto Alegre: Ocergs, 2000.

SCHNEIDER, J. O. **Pressupostos da educação cooperativa**: a visão de sistematizadores da doutrina do cooperativismo. In: SCHNEIDER,, J. O. (Org.). Educação cooperativa e suas práticas. Brasília: SESCOOP, 2003.

SCHUT, W. **Profunda Simplicidade**: Uma nova consciência do eu interior. São Paulo: Editora Ágora, 1989.

SINGER, Paul. **Introdução à economia solidária.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

SOLLER, R. **Jogos cooperativos para educação infantil**. Rio de Janeiro: Sprint, 2003.

TESCH, Walter. **Dicionário básico de cooperativismo**. Brasilia: Secoop, 2000.

WERNECK, Hamilton. **A nota prende a sabedoria liberta**. 3 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

WATKINS, W. P. **Os princípios cooperativos hoje e amanhã.** Bogotá: ESACOOP, 1989.

ANEXOS

Anexo 01 - Procedimentos metodológicos

A pesquisa de campo foi realizada como estudo descritivo, a partir de entrevista com gestores das Escolas Municipais selecionadas para o estudo com algumas questões norteadoras de resposta aberta sobre educação cooperativa e competitiva e a visão dos os gestores sobre os modelos educacionais.

Quanto aos procedimentos técnicos utilizados para o alcance dos objetivos propostos a referida pesquisa de campo buscou através de questionário semi-estruturado revelar a caracterização de cooperar e competir, o modelo trabalhado, o ambiente escolar e as iniciativas/propostas pelos gestores e sua aceitação pela comunidade escolar.

Neste trabalho acadêmico foram entrevistados seis gestores escolares e um gestor municipal (Secretária de Educação) que fazem parte da Rede de Ensino Municipal de Constantina, RS.

O universo compreendeu as escolas da Rede Municipal do Município de Constantina no total de 06 escolas, sendo 02 localizadas na zona urbana e 04 na zona rural, onde foi entrevistado um gestor por escola e o gestor Municipal este último Secretária de Educação responsável por todas em gerir os demais.

Os dados desta pesquisa foram coletados na perspectiva dos dados primários. O instrumento de coleta foi um questionário para entrevista e posterior análise do discurso observado confrontado com literatura pertinente.

Os dados desta pesquisa foram interpretados conforme a abordagem qualitativa de construção de conhecimento.

Anexo 02 – Carta de apresentação do questionário

Caro Gestor:

Venho através desta solicitar a Vossa Senhoria, a gentileza do preenchimento do questionário em anexo, referente a pesquisa: “Construção do paradigma do desenvolvimento social sob a perspectiva da educação cooperativa: uma abordagem dos gestores educacionais”.

Os dados coletados servirão como base de estudo para o trabalho de conclusão do Curso de Pós-graduação a distância - Especialização *lato-sensu* em Gestão Educacional pela UFSM - Universidade Federal de Santa Maria, sob orientação do professor João Luiz Pereira Ourique,.

Sua colaboração é de extrema importância para os resultados finais desta pesquisa.

Desde já, agradeço sua colaboração.

Atenciosamente.

Jaqueline Biazus Pin Taglietti

Constantina, março de 2009.

Anexo 03 – Questionário para entrevista com gestores

O presente questionário é parte integrante dos instrumentos de coleta de dados da pesquisa “Construção do paradigma do desenvolvimento social sob a perspectiva da educação cooperativa: uma abordagem dos gestores educacionais” que tem por objetivo identificar a emergência de um paradigma de desenvolvimento social, sob a perspectiva de uma educação cooperativa, discutindo a necessidade de acessar o mercado de trabalho (competição) e a emergência de uma tendência: a cooperação, a partir de uma nova metodologia de trabalho: a educação da cooperação. Essa pesquisa realizada sob orientação do professor João Luiz Pereira Ourique, do Curso de Pós-graduação a distância - Especialização *lato-sensu* em Gestão Educacional pela UFSM - Universidade Federal de Santa Maria. Fica resguardado a identidade do respondente da referida entrevista sendo desnecessário o nome ou algo que o identifique. As repostas aqui contidas serão utilizadas para a análise da referida pesquisa. Desde já agradecemos a sua participação.

Jaqueline Biazus Pin Taglietti (orientada)
João Luiz Pereira Ourique (orientador)

Questionário

01: Na sua opinião, qual a diferença entre educação cooperativa e educação competitiva?

02: Você acha que trabalha no modelo cooperativo ou competitivo?

03: O ambiente escolar em que você atua privilegia qual modelo de educação? Exemplos.

04: Você acha que suas iniciativas/propostas são bem recebidas pela escola/professores? E pelos alunos? E pela comunidade?